

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DA POPULAÇÃO NEGRA COMO POSSIBILIDADE DE REPENSAR A TEORIA E PRÁTICA EDUCATIVA

Stories and memories of the black population as a possibility of rethinking the theory and practice in education

Histoires et memories de la population noire comme possibilité de repenser la théorie et pratique éducative

Juliana de Souza Mavoungou Yade*

Universidade Federal do Ceará

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre a exclusão das histórias e memórias da população negra no sistema educativo brasileiro. Analisamos os processos de invisibilidade das contribuições sócio históricas da população negra e concluímos que estes processos de exclusão contribuíram negativamente para a sociedade como um todo. A partir de histórias de vida de antigos moradores da cidade de Carapicuíba-SP, pudemos vislumbrar a memória e história da população negra como possibilidade de repensar a teoria e prática educativa.

Palavras-chave: Educação. Relações Raciais. História de Vida

Abstract: **Stories and memories of the black population as a possibility of rethinking the theory and practice in education** This article is the result of a research on the exclusion of stories and memories of the black population in the Brazilian education system. We analyzed the processes of social invisibility of historical contributions of black people and concluded that these processes of exclusion contributed negatively to the society as a whole. Out of life stories of former residents of the city of Carapicuíba in Sao Paulo, we could catch a glimpse of the memory and history of the black population as a possibility of rethinking the theory and practice in education.

Key words: Education, Race Relations, Life History

Resumé: **Histoires et memories de la population noire comme possibilité de repenser la théorie et pratique éducative.** Cet article est le résultat d'une recherche en éducation et apporte sur l'exclusion de histoires de la population noire dans le système éducationnel brésilien. Nous avons analysé les processus d'invisibilité des contributions socio historiques de

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: juli.soul@hotmail.com.

la population noire et montre ces processus d'exclusion contribué négativement à la société dans son ensemble. À partir d'histoires de vie d'anciens habitants de la ville de Carapicuíba – SP, nous avons observé la mémoire de la population noire comme une possibilité de repenser la théorie et la pratique éducative.

Mots clés: Education. Relations Raciales. Histoire de Vie

Introdução

Nas últimas décadas, nos deparamos com a crescente necessidade, na área da Educação, de promover debates, encontros sobre a temática da Inclusão e Diversidade. Isso significa que passamos a reconhecer que o Sistema Educativo vem atuando historicamente de forma excludente.

Somos, de certa forma, privilegiados (as), porque podemos “olhar para o passado e repensar nossa ação no presente”^{*}. Esse princípio nos conduz a desejar mudanças nos paradigmas educacionais e a afirmar que o ato de educar não é completo se nele não vivenciarmos a diversidade atuando como laço que envolve todos e todas que são parte no processo de ensino-aprendizagem.

Ao olhar para a realidade, constatamos que a Educação ainda não é concebida, utilizando um termo de Paulo Freire (1988), como a aquisição da “palavra-mundo” que nos liberta. Antes, ela nos aprisiona num ocidentalismo mesquinho, que forja desigualdades simbólicas e concretas no ato de educar, desqualificando e menosprezando tudo o que não se enquadra na lógica estabelecida por essa leitura de mundo.

Este artigo é fruto de uma pesquisa que revelou aspectos vivenciais, pois as questões que invisibilizam a população negra dos fundamentos epistemológicos

* Esse é um dos princípios africanos (Sankofa) descritos na cultura Ashanti de Gana.

educacionais brasileiros perpassam a minha história de aluna e educadora desse sistema educacional.

A identidade é um conceito que comporta definições múltiplas e explicita modos de vida de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas, podemos tomá-la como múltiplos elementos que permitem “saber” quem uma pessoa é. Mandela (1988) explicita que as histórias que ouviu na infância foram fundamentais para resistir aos 27 anos de encarceramento, sendo que em parte desse tempo esteve preso em uma cela menor do que sua estatura, impossibilitando-o de ficar ereto. Por mais que isso simbolizasse fisicamente sua rendição, Mandela jamais se curvou diante de seus opressores, pois sabia sua história e sua importância como pessoa (Muntu*).

Na busca por compreensão conceitual e prática do conceito de identidade relativa à população afrodescendente, podemos procurar fundamentos nos processos educativos das sociedades tradicionais africanas. Nelas educam-se as crianças fundamentalmente contando e cantando provérbios, histórias e mitos. A socialização dessas crianças, de suas personalidades, é em grande parte resultado desse processo educativo tradicional (Finnegan, 1976). Qualquer adulto é um educador em potencial, deve oferecer exemplo de Ser e Viver para as gerações mais novas.

Segundo a UNESCO** (2002, 2003), os seres humanos têm direito à identidade e história próprias. Uma das coisas que permite o acesso a esse direito é a conservação do patrimônio cultural e imaterial, pois estes dão sentido à vida afetiva e coletiva de uma pessoa e à localidade no qual o indivíduo está inserido.

Nesse sentido, os lugares atribuem significados que auxiliam na construção da identidade. No meu caso, esse lugar é Carapicuíba, localidade de minha maior convivência.

* Segundo Cunha Jr. (2010), o Muntu é a pessoa, constituída pelo corpo, mente, cultura e, principalmente, pela palavra. A palavra com um fio condutor da sua própria história, do seu próprio conhecimento da existência.

** Sigla de United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em português.

O foco desta pesquisa foi a própria cultura de base africana que resistiu nessa localidade apesar das informações que nos foram omitidas, mas que deveriam ser devolvidas a partir, por exemplo, da Lei 10.639/2003*, que pode se constituir como um viés para a população afrobrasileira acessar sua identidade. Também buscamos refletir sobre os motivos da negação do acesso a esses fatores.

Essa necessidade de conhecer a si mesmo apresenta-se de formas diferenciadas nas diversas culturas e é abordada nas sociedades sob perspectivas múltiplas, de acordo com as necessidades de cada povo. Assim, concordamos com Cheikh Anta Diop** ao afirmar que:

Não se trata de criar uma História mais bonita do que a História dos outros povos (...). O importante é partir dessa ideia evidente: cada povo tem a sua História. O que se torna indispensável a um povo, a fim de melhor orientar a sua evolução, é conhecer as suas origens, sejam elas quais forem. Se, por acaso, a nossa História é mais bonita do que esperávamos, isto não passa de um feliz detalhe. (Diop apud Athayde, 1965, p.66).

Porém, as origens africanas representam um espaço sem muita definição no imaginário social brasileiro, devido a: fatores históricos, descuido, suposta ausência documental**, racismos e negação dessa descendência. A questão da origem da população afrodescendente torna-se um fantasma que assombra grande parte de nossa população, que é reforçado pelas elites simbólicas (DJIK, 2008) que demarcam, territorializam e evidenciam apenas a origem das populações europeias.

* Lei aprovada em 9 janeiro de 2003 altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Inscreve-se com alguns princípios: a) Consciência política e histórica da diversidade; b) Fortalecimento de identidades e de direitos e c) Ação educativa de combate ao racismo, discriminação e preconceitos. A referida lei foi alterada pela Lei 11.645/08, que inclui Cultura e História Indígena; porém, este trabalho refere-se ao teor da Lei 10.639/08, que diz respeito à afrodescendência.

** Antropólogo, historiador, físico e político senegalês, considerado um dos maiores historiadores africanos do século 20.

*** A pesquisa universitária até 1940 dizia da impossibilidade de bases históricas para uma história de africanos e afrodescendentes, justificando-se pela ausência de documentos. As pesquisas da nova história modificaram significativamente esse panorama. Não somente aspectos metodológicos como epistemológicos influenciaram essa mudança de perspectiva, mas principalmente a presença de afrodescendentes na pesquisa criou novos campos de interesse que eram antes "descuidados" pelos pesquisadores eurodescendentes.

As tentativas de eliminação da população negra ocorridas no período pós-abolição não se restringiram ao Brasil, mas em toda América Latina houve um incentivo à imigração europeia por parte dos governos, tanto que a população negra reduz-se em alguns países como Uruguai, México, Venezuela e “desaparece” na Argentina, conforme estudos dos pesquisadores George R. Andrews (2007), Carlos Moore (2004)* e Teun A. van Dijk (2008). Os processos de negação, perseguição e diluição da população negra latino-americana foram utilizados de forma ideológica e positivadas pela sociologia da época. Para muitos pensadores eugenistas, havia data marcada para a concretização do advento de seu extermínio.

A América Latina, palco de grandes revoltas, revoluções e resistências coloniais, pós-coloniais e neocoloniais, traz em sua historiografia exemplos de negação das lutas dos povos ameríndios e afro-latinos.

As alegações de nação miscigenada** e relação harmoniosa que ganham força no início do século 20 dentro da literatura republicana brasileira e internacional impregnaram o pensamento e o agir nacional influenciando o modo como se dão nossas relações com o negro e com o branco hoje, nos impedindo de perceber a violência explícita e simbólica nessa sociedade que dilui o Negro na morenidade, quando convém, e quando não, utiliza esse mesmo Negro para desqualificar um indivíduo, naturalizando o preconceito de “cor”.

Embora o Brasil tenha a maior população de origem africana fora de África, não é suficiente para que a sociedade assim se reconheça e valorize os legados culturais, sociais e econômicos trazidos por essa nossa origem. Isso resulta de

* Notas de palestra proferida na Casa das Áfricas, São Paulo- SP.

** Neste trabalho, a miscigenação é entendida como um dos processos ideológicos para o desaparecimento da população afrodescendente. Não ostento, enquanto pesquisadora, posicionamento contra a miscigenação como processo natural e espontâneo da população, mas a entendo como artifício utilizado no processo de diluição, desaparecimento físico, cultural, social, político e econômico da população negra nas Américas, pois a miscigenação foi utilizada ideologicamente para fazer valer a teoria do embranquecimento. Destaco também que o conceito de raça foi construído cientificamente e apresenta implicações e projeções sociais importantes, caracterizando um processo histórico de dominação europeia.

esforços no passado e presente para que a história da população negra seja invisibilizada.

Uma forma notável de exposição dessas origens africanas é o romance histórico de Alex Haley (1976), que chega ao ancestral mais antigo através de levantamentos de documentações, revisitando a memória familiar, e nos mostra a possibilidade de retornar às origens no romance histórico, *Negras Raízes: A Saga de uma Família*.

As outras formas são os contos e mitos das religiões africanas existentes na cultura popular. No entanto, se estabelece no Brasil um hiato entre possibilidades, necessidades e práticas das instituições. As ausências históricas e teóricas são percebidas ao abordarmos o tema do povoamento e as explicações sobre as origens dos municípios brasileiros. A exposição oficial é transcrita para os diálogos cotidianos e destes para os currículos escolares, o que culmina com o desaparecimento da população negra na origem das localidades. Na realidade histórica, dado o escravismo como única forma de trabalho, as profissões e as formas de produção das populações africanas e afrodescendentes estiveram presentes na origem da maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, esse fato é negligenciado. (Anjos, 2009).

Dessa forma, é vago para os (as) estudantes brasileiros (as) o problema da origem africana e a contribuição da mesma para a cultura, a economia e a sociedade brasileira.

Neste trabalho de pesquisa, procuro evidenciar o relato oral como instrumento de ressignificação da origem africana por meio de narrativas mitológicas e históricas, presentes na cultura e memória de um local antigo, a cidade de Carapicuíba. Embora possua uma população negra expressiva que participou e participa ativamente da historiografia local, esse fato é pouco retratado na bibliografia construída dessa cidade. Quase nada se tem sobre a história dos negros, uma invisibilidade que está

para além desse território, e configura-se como realidade em muitos municípios brasileiros.

Que nessa busca, a vida seja o fio do tempo e nos possibilite costurar uma colcha de memórias tecida de todas as histórias.

O local de pesquisa

“A cidade de Carapicuíba está localizada na Região Metropolitana da Grande São Paulo, à margem esquerda do Rio Tietê, entre as Rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e o Rodo Anel Mário Covas, cortada pelos trilhos da antiga Fepasa, distante 25 km da capital.” (Tenório, 2003, p.12).

O município caracteriza-se como cidade dormitório, em relação às atividades produtivas realizadas em São Paulo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2010), Carapicuíba conta com 369.584 habitantes.

A história oficial de formação dessa cidade nos leva a um passado distante, alguns registros apontam que o Padre José de Anchieta é considerado o fundador do aldeamento em Carapicuíba, que tem “início” na segunda metade de 1500.

Embora o território de Carapicuíba tenha se constituído inicialmente com populações indígenas, por razões históricas do período colonial brasileiro, que se podem verificar por fontes documentais, havia a presença afrodescendente. Ao procuramos saber da história do município, vemos homenageadas as famílias de origem europeia, as referências que nos remetem ao passado e presente indígena e afrodescendente são tratadas como pertencentes a uma história menos importante. Há um bairro “Aldeia de Carapicuíba” que, mesmo tendo esse nome, deixa prevalecer a influência bandeirante. “A Aldeia guarda ainda hoje características dos

séculos passados. O cruzeiro, a igreja e as casas em linha, dentro de um retângulo [...]” (Tenório, 2003, p.45), modelo símbolo da dominação europeia.

Os símbolos nas histórias locais nos dizem muito, cruz e bandeira, por exemplo, nos dizem de tempos de expansão que têm como base o extermínio humano, de línguas, culturas e todas as formas diversas de celebração da vida.

A versão hegemônica da história do mundo precisa ser questionada diariamente e a Educação que se faz, para além do espaço da sala de aula, precisa ser o lócus que acolhe e fomenta tais questionamentos. Pensar numa Educação que inclua e considere a diversidade é dar possibilidade a uma Educação que se faz com e por humanos.

A Educação das Relações Etnicorraciais é tão necessária sobretudo pelo fato de esse princípio ser norteador da educação humana que não sobrepõe experiências, histórias e modos de vida, visto que fomos ensinados (as) a valorizar determinadas culturas e não outras. Fomos ensinados (as) a desvalorizar os ensinamentos trazidos por cosmovisões não europeias.

Folclorizamos valores civilizatórios que hoje, para aqueles (as) que se permitem a lucidez, evocam tais perspectivas como possibilidades históricas e propositivas de transformação radical na maneira de pensar o mundo, um mundo heterogêneo concebido de histórias plurais.

Os princípios presentes na Lei nº 10.639/2003 apresentam-se de modo a mobilizar a inclusão de aspectos da história da população afrodescendente no Brasil, que foram negligenciados no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando aos estudantes referenciais negros ou de outros pertencimentos étnicos; aspectos da história das populações africanas que foram negligenciados pelos livros didáticos.

Trata-se de uma história que não se inicia nos navios negreiros e traz referências que modificam o modo como todos (as) estudantes afrodescendentes acessarão suas histórias e identidade.

Reconhecer nossa ancestralidade e nossa ligação com o continente africano enquanto brasileiros e brasileiras pode preencher a lacuna que se formou com a negação de nossa origem e para tal, Agualusa (2004, p. 257) afirma que:

O Brasil precisa redescobrir a África na vitalidade de sua cultura moderna, pois só assim os brasileiros de origem africana poderão recuperar por inteiro a dignidade que lhes foi roubada com a escravatura. Só assim os brasileiros, todos os brasileiros poderão sentir orgulho da África - e logo orgulho em si próprio.

Redescoberta que perpassa nossas vivências e lembranças e os significados que atribuímos às localidades, que, por sua vez, atribuem sentidos à arte de fazer-se humano além de nossa identidade que se constrói coletivamente e individualmente. Sobre mim, posso dizer que me redescobri e reinventei minhas formas de existir nessa cidade que hoje compreendo como “um organismo em mutação, pois, a cada instante, há algo mais que a vista não alcança, mais do que o ouvido possa perceber, uma composição nova em um cenário novo que espera ser analisado”. (LIMA, 2000, p. 9). Organismo que se metamorfoseia a partir de agora para se compor por minha história, pela história de negras e negro.

Memórias da população negra da cidade de Carapicuíba

Carapicuíba é um território que abriga e abrigou uma população negra ativa no processo de formação histórica e cultural, nos movimentos populacionais de migração por meio dos quais ocupa o espaço territorial. Porém, essa ocupação territorial não é vazia de força simbólica cultural; a população negra, desterritorializada de seus processos vivenciais diversos, ao chegar a Carapicuíba reterritorializa o espaço. O samba, batuque de umbigada, congadas, moçambiques, marujadas, folias e a religiosidade ocupam o espaço de modo significativo para essa população.

Temos, então, o território como procedimento de formação das identidades. Ele é um elemento da identidade. Esse processo simbólico de construção, que se faz coletivamente e individualmente, é o suporte, o chão no qual se finca o patrimônio cultural, material e imaterial.

As depoentes narraram as dificuldades de estabelecer moradia num lugar periférico. É perceptível nos depoimentos coletados que a população negra que se encontra na cidade de Carapicuíba resulta de várias migrações e que, com o passar do tempo, ganhou estabilidade nessa cidade.

Eu me chamo Maria Tereza Luiz. Nasci na Barra Funda depois quando eu era pequena meus pais mudaram para as Perdizes, depois de Perdizes nós fomos para Sumaré e depois do Sumaré meu pai comprou a casa aqui em Carapicuíba. (Maria Tereza Luiz, 2008. Informação verbal)

A ausência de uma moradia própria gera os processos de mudança; de bairro em bairro as famílias – representadas pelas depoentes e pelo depoente – foram galgando seu espaço para firmarem-se em um território. As mudanças são processos constantes que compõem a história de vida dessas mulheres. Fica explícito que as consequências de mudanças estão associadas à modernização dos centros urbanos.

Dona Cida relata que: “Eles vieram pra cá porque morava lá em cortiço também “né” aí começou a urbanizar tudo “né” aí tiveram que sair, e vieram pra cá”. (Aparecida dos Santos, 2009. Informação verbal).

Nossa pesquisa conta com um tempo vivenciado nas primeiras décadas do século 20, e não há como dissociar o tempo histórico dessas narrativas. Os processos de constituição do espaço urbano pós-abolição incluíam o desaparecimento da população negra das localidades. A ausência de políticas públicas para a inserção da população negra na “modernização” foi determinante para delimitar os espaços ocupados por essa população nas primeiras décadas do século 20 e, conseqüentemente, os espaços que seus descendentes ocupam no século 21.

Diversos fatores históricos e sociais determinam a situação de vida da população negra. A questão que envolve o espaço urbano e a habitação é um

dos fatores mais relevantes. Os espaços urbanos, resultados de situações históricas brasileiras, criam segregações populacionais espaciais e promovem as desigualdades sociais decorrentes das políticas públicas. (Cunha, 2007, p.74).

Em parte dos relatos, há um processo de autoconstrução baseado no reaproveitamento de materiais em que “o material utilizado é aquele rejeitado pelos bairros ricos da cidade: tábuas, laminados, tijolos, chapas etc., daí derivam as habitações rudimentares e precárias divergindo das técnicas modernas de construção” (Pellegrini, 1982, p. 22), o que caracterizou também a constituição desse bairro periférico.

Nesse sentido, apresentamos trechos dos relatos de Dona Divina, Dona Berenice e Dona Benedita. “A gente comprou o terreninho aqui foi pagando aos poucos como pôde, comecei aqui com pedacinho de tábua, até pedaço de cama eu tinha pegado pra fazer meu barraco.” (Divina das Dores, 2009. Informação Verbal). “A nossa casa foi feita de pau a pique, ficou bonitinha, meu pai muito habilidoso fez tudo bonitinho, como havia sido construída com barro, quando secou começou a rachar, eu lavava roupas no riacho que passava no quarteirão de trás”. (Berenice Moreira Cruz, 2008. Informação verbal). “Fomos agasalhando o terreno, a casinha primeira era de tábua”. (Benedita Cesário da Silva, 2008. Informação verbal).

Há também, notadamente no passado e presente, a ausência de tecnologias da construção civil que permitem um melhor viver, questões que estão ligadas ao planejamento urbano como: rede hidráulica, esgoto, rede elétrica, manutenção de via, coleta de lixo e projetos para melhor aproveitamento do terreno.

As histórias de chegada das famílias negras entrevistadas antecedem a ocasião de fixação no território de Carapicuíba, o chegar é um processo longo e caracteriza a possibilidade de mudança, são trechos de vida e memórias, espaço e tempo que reelaboram o que se estabelece como chegada num lugar, permitindo observar que o deslocamento é parte do processo individual e/ou familiar que se enfrenta na tentativa de modificar o presente. Chegar a Carapicuíba, lugar antes desconhecido, pressupõe travessias, aventuras e desventuras que iniciam num tempo longínquo,

ainda na infância da maioria de nossas entrevistadas. Contextos que remetem à escravidão e ao lugar da população negra na sociedade pós-abolição.

São chegadas que, juntamente com os pequenos objetos trazidos na bagagem, evocam uma grande memória e lembrança ancestral de festas e religiosidades que irão operar como elementos fortalecedores da identidade na cidade de Carapicuíba, passando a reterritorializar o espaço com danças, cantos e rezas. Chegar à nova localidade se constitui em um movimento pela continuidade da vida. Reinventam-se formas do existir e, mesmo frente a imposições sócio-culturais, políticas e econômicas que cativam corpos, corações e mentes, retornam a experimentar de maneira transformadora vivências que revitalizam o patrimônio material e imaterial em múltiplos aspectos.

As práticas festivas continuaram a ser parte da vida das famílias, Dona Tereza contou que sua família já era tradicionalmente praticantes de Samba de Umbigada, “o batuque meu pai dizia que o pai dele, o avô e bisavô já faziam” e segue dizendo que:

[...] quando o pessoal avisava, o Chicão vai fazer festa, eu não sei o que ele fazia direito se ele dava a passagem, mas quem não vinha de ônibus vinha de trem e contam que já vinham cantando dentro do trem e descia tudo aqui, e falavam que quando tinha festa na casa do Chicão o trem esvaziava em Carapicuíba, [meu pai] fazia de tudo para a turma vir, os últimos convidados saíam às 8 da manhã. (Maria Tereza Luiz, 2008).

Dona Neide lembra que durante sua infância presenciava na época do carnaval o Senhor Ovídio numa espécie de trio elétrico que entoavam a canção “*O facão bateu em baixo a bananeira caiu*” depois do desfile foram para o Salão Bota Fogo, ali na Tâmara, o baile era lá no Salão Bota Fogo, na rua Tâmara”. (Neide Alves da Silva, 2009. Informação Verbal)

Essa reterritorialidade é importante para a compreensão das identidades negras ressignificadas em Carapicuíba e também para a escrita da história social dessa população.

Na geografia moderna, o território é pensado a partir da construção social do lugar, mas podemos tê-lo como lugar da ancestralidade, lugar imaginário e da construção social.

As populações africanas, em seus modos de vida, experimentam o conceito de território através da ancestralidade – não somente as pessoas mas também os lugares se revestem do sagrado e, nesse território, geram-se construções sociais que preenchem a vida de sentido. A nossa compreensão de ancestralidade amplia a visão num sentido afrodescendente de pensar. O nosso trabalho está atento a esse sentido amplo de territorialidade.

As festividades têm sentido na religiosidade e na tradição cultural ancestral. A população africana foi relegada à desterritorialização e ainda hoje o “sistema brasileiro tem induzido que o território da população afrobrasileira é do outro lado do Oceano Atlântico, na África, como se aqui não fosse seu lugar e não tivesse direito a ter terras e nem referência de identidade territorial” (Anjos, 2009, p. 75). Tal indução culmina no mascaramento e apagamento da população negra em determinadas localidades do território nacional. Leis instauradas que proibiam manifestações culturais e religiosas de origem africana são demonstrações do não lugar do (a) negro (a) na sociedade brasileira nos períodos colonial, imperialista e republicano.

Fica a questão: como construir a ideia de pertencimento à cidade, à comunidade, ao bairro quando não se tem nenhum marcador de ligação com o passado, seja ele breve ou longo? Instaura-se a sensação de que se é sempre estrangeiro no seu próprio lugar, não se tem um elo de pertencimento, e esse é um fator que incomoda a população negra. Por esse motivo, buscamos ouvir as narratividades e através delas buscar uma ligação com o passado que nos possibilita enxergar na história de Carapicuíba o elo que dá significado ao pertencimento da população negra nessa cidade. Esse processo de compreensão do passado é de

grande importância para a Educação, trata-se em certo sentido de uma lacuna que a Lei nº 10.639/2003 tenta preencher.

Identidade territorial é entendida pelo direito de imprimir suas marcas no espaço. Marcas que estão além do lugar físico, mas permeiam o que é imaterial e se constitui no campo subjetivo, mas tem igual importância no processo de formação das identidades. Milton Santos conceitua que:

O território é o chão mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (Santos apud Anjos, 2009, p. 96).

Por isso julgamos primordial entender as narrativas como parte desse processo que possibilita a ocupação do território e Sodré (1988, p. 22) acrescenta que “o que dá identidade a um grupo são as marcas que ele imprime na terra, nas árvores, nos rios”. Antes do início da pesquisa, o que existia para mim era um espaço vazio demarcado pelo não pertencimento dos afrodescendentes.

Recolhi falas eloquentes sobre a reterritorialização fundada na cultura de base africana. Estou de acordo com Martins (1997, p. 21), pois acredito que as narrativas, a contextualização e o resgate das africanidades em Carapicuíba possibilitaram “[...] ressaltar os rizomas que reterritorializam e transcriam as culturas africanas na cartografia brasileira. A matriz africana é lida, assim, como um dos significantes constitutivos da textualidade e de toda produção cultural brasileira, matriz dialógica e fundacional dos sujeitos que a encenam e que, simultaneamente, são por ela também constituídos”.

As danças, cantos, batuqueiros (as), tambús, quinjengues, guaiás, congadeiros (as), moçambiqueiros (as), à medida que se desvelaram na pesquisa como compositores da localidade, nos ajudam a compreender o que o território de Carapicuíba resguarda de memória das africanidades e de África.

Educação Escolar e Educação Popular: narrativas, histórias e memórias como conceito para a releitura das identidades

O processo educativo se constitui de aprendizados para a vida em sociedade e é formado por um conjunto de informações formais e informais que são processadas no cotidiano. Entendemos que além da escola as instituições sociais também são produtoras e reprodutoras de uma série de conceitos utilizados para as leituras das realidades cotidianas.

Educação, entendida como a aquisição da palavra-mundo que nos liberta, deveria ser concebida no âmbito formal e informal como o lugar de todos e todas, possibilitando escolhas emancipatórias que nos encaminhem, enquanto educandos (as) e educadores (as), a estabelecer contato com nosso repertório de identidades. Porém, a realidade prática da Educação brasileira ainda permanece como o lugar da negação da diversidade e multireferencialidade*, salvas as raras exceções. A população negra, a cultura negra e seus antecedentes africanos têm presença reduzida na Educação e na cultura oficial brasileira.

Quando pensamos em uma Educação que prioriza os conhecimentos da população afrodescendente ou os conhecimentos de interesse dessa população, devemos levar em conta que a cosmovisão africana tem como uma das bases de transmissão a oralidade (Bâ, 2003). Devido à importância da palavra falada, da oralidade e a ausência de tal conceito na sociedade atual, anunciamos o problema de tratarmos as narrativas históricas orais.

* A multireferencialidade proposta por Jacques Ardoino caracteriza-se por uma pluralidade de olhares e esclarecimentos que supõe, por sua vez, diferentes linguagens descritivas e interpretativas, que não devem ser confundidas nem reduzidas entre si porque partem de paradigmas bem distintos. A análise multireferencial de situações, práticas, fenômenos e fatos educativos se propõe explicitamente a uma leitura plural sob diferentes ângulos e em função de vários sistemas de referência que vão dar conta do estado de complexidade desses fenômenos. (Duarte, 1996, p.16). O primeiro passo para a instauração desse novo olhar é se dar conta do conjunto de simplificações e reducionismos que herdamos da ciência cartesiana ainda presente nas principais correntes de pesquisa de nosso tempo.

Nas sociedades ocidentais da atualidade e nos modos em que se desenvolveu a Educação europeia, encontramos um conflito entre a oralidade e a escrita. Sendo assim, a oralidade, uma forma de acesso ao conhecimento, é desvalorizada em contraponto à forte valorização da escrita. A história oral, no entanto, tem um valor significativo nas sociedades africanas e nos modos africanos de Educação, como já destacamos (Finnegan, 1976).

O sentido dado à linguagem e à história escrita tem um valor social idealizado e ideológico reforçado sobremaneira pela escola brasileira. Nesse caso, a escrita torna-se um pseudo-sinônimo de “coisa inteligente” e fica representada como se fosse além das outras formas de transmissão do conhecimento. É importante salientar que os conhecimentos valorizados socialmente interferem na construção identitária dos seres humanos e, nesse caso, compreendemos que tal fator atua histórica e cotidianamente no que significamos como nossas imagens simbólicas.

As narrativas, por exemplo, atuam diretamente na constituição da identidade e essa é permeada de valores que atribuem sentidos aos conhecimentos que nos são apresentados ao longo da vida. MacLaren (1997) confirma que “as identidades são parcialmente o resultado da narratividade da vida social” (p. 162), por isso, o silenciar de determinadas narrativas nas historiografias locais situa-se ideologicamente e não apenas no campo discursivo. O desafio de um estudo que reflita sobre questões relativas às narratividades, território e imaginário social conduz-me a pensar que o lugar (territorial e simbólico) preenche de sentido nossas vidas e está permeado de PALAVRAS, entendidas como verbo vivo, que muda e transmuta a realidade.

Embora tratemos, neste trabalho, apenas das populações afrodescendentes compreendemos que outras populações estiveram submetidas a processos de dominação semelhantes, sofrendo também prejuízos históricos e socioculturais. Esse conjunto de imposições, autoritarismos e racismos é tratado na literatura como colonialidade (Lander, 2005). A nossa ênfase sobre afrodescendência aqui destaca os

aspectos relativos à invisibilidade, sem, contudo esquecer a amplitude social, econômica, política e cultural da dominação imposta sobre a população negra.

Temos a escola como uma das instituições que geram e transmitem, sobretudo, a cultura e os valores que são considerados válidos. Porém, é preciso ter lucidez na percepção de que a Educação formal não produz todos os conhecimentos, ela apenas valida ou invalida os conhecimentos que se adequam ou não à lógica dominante. A naturalização de códigos socioculturais e sócio-históricos europeus nos impede de vislumbrar outros processos não menos importantes, porém invalidados pela síntese formal. Mesmo a educação informal classifica os conhecimentos gerados no cotidiano como válidos e inválidos.

Tornam-se evidentes os aspectos de invalidação da cultura afrodescendente quando ocorre a descaracterização da humanidade, religiosidade e identidade da população negra, na sociedade e no ambiente escolar. Esses são fatores muito sérios que atuam no sentido de destruir a identidade negra, simbolicamente ou concretamente são esses e outros fatores que atuam no encaminhamento de crianças e adultos para a negação de suas identidades. O senso comum formulou a noção de que o próprio negro é quem se discrimina, porém, as informações que recebemos pelo que denominamos educação informal e formal a todo tempo nos dizem que as africanidades situam-se no campo dos conhecimentos que não devemos aprender e muito menos ensinar. Tais aspectos evidenciam-se na grande resistência em se falar de África e das africanidades no espaço escolar. Na atualidade, é no currículo não oficial que ocorre a constante inferiorização da população negra.

A ausência de informações positivas não está apenas no campo das palavras, mas configura-se na ausência de patrimônios históricos e culturais que contem nossas histórias. Os monumentos, nomes de ruas, praças etc., são marcadores importantes do território. Além disso, na Educação, muitos conhecimentos se processam pela leitura do patrimônio.

O sentimento de pertença étnica no sentido da história da população e os problemas de descaracterização de nossa humanidade enquanto afrodescendentes faziam parte dos questionamentos iniciais de minha dissertação de mestrado. Consegui mapear na pesquisa o que esses problemas causam à população. Porém, podemos suplantar os questionamentos das ausências a partir do momento em que a pesquisa possibilitou a elaboração de um “novo olhar”, olhar que detectou a forte e marcante presença negra no território de Carapicuíba.

A educação como teoria e prática deve se reconfigurar e ser anunciadora desse “novo olhar” para a população afrodescendente. Pesquisar as histórias e memórias negras da cidade de Carapicuíba é anunciar a possibilidade, enquanto educadora, que esses são elementos que dão significado à educação escolar e não escolar de crianças, jovens e adultos, que podem se rever nessa história e reencontrar suas memórias de família, de povo, individual e coletiva, desgastadas por processos socioeducativos que, em um desserviço, atuaram para a negação e desvalorização da diversidade humana e colaboraram com o pensamento racista de inferiorização das culturas de base africana no processo de ensino- aprendizagem formal e informal.

A própria vida, memória e história afrodescendente se apresentam como fonte inesgotável em prol de uma educação antirracista. A implementação da Lei nº 10.639/2003 perpassa a comunidade escolar e se encaminha em direção ao bairro, à cidade, ao estado, ao país; problematizando, interrogando e criticizando as histórias que nos foram narradas e apresentadas como únicas. Tal pressuposto tem a finalidade de nos encaminhar a compreensão de que as múltiplas memórias e histórias que se apresentam no território de Carapicuíba são propostas relevantes à educação.

Considerações finais

A Educação formal e informal são espaços de elaboração de conceitos. Cabe a nós, educadores, escolher por quais lentes faremos a leitura da realidade. Claro que é

mais fácil seguir sem refletir sobre nossa atuação no mundo, perpetuando os desejos da “santa elite” e endossando uma postura omissa diante de uma Educação que exclui toda e qualquer possibilidade de estímulo e formação de consciência política e histórica da diversidade. A Educação, nesse contexto, segue seu descaminho de ser ambiente de enfraquecimento da pluralidade identitária e atua na manutenção do *status quo* que sustenta velhos paradigmas e privilégios.

Dessa maneira concluímos que a pesquisa realizada apontou possibilidades para a educação se tornar território de valorização da identidade afrodescendente. Para isso, existe a necessidade de investimentos na formação docente e contarmos com o compromisso de educadores e educadoras (de dentro e de fora da escola) com a educação antirracista.

As memórias e histórias que se apresentam numa determinada territorialidade são capazes de preencher de sentido vidas e vivências de uma população, os dados apresentados por essa pesquisa nos dão pistas para desenvolver estratégias de uma teoria e prática educativa comprometida com a Educação de todas e de todos que ocupam os bancos escolares e as escolas da vida.

Referências

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. Trad. Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

AGUALUSA, José Eduardo. Minha pátria é uma viagem. In: MOTA, P.; COELHO, P.; SARAIVA J. S.(orgs.) *Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos – Geografia Africana Cartografia Étnica Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editoras & Consultoria, 2009.

ATHAYDE, Joilson Lima. *Notas da Redação: Conferência proferida na inauguração do curso de História da África Negra Pré-Colonial no C.E.A.O., 1965*. Disponível em <<http://www.casadasafricanas.org>>. Acesso em 13 ago. 2008.

Aparecida dos Santos, 2009. *Depoimento I*. [Setembro,2009]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2009. mp3. 01:18:10.

BÂ. Amandou Hampâtê. *Amkoullel, o menino fula*. Trad. Xina Smith Vasconcelos. São Paulo: Palas Athena / Casa das África, 2003.

Benedita Cesário da Silva, 2008. *Depoimento I*. [Julho, 2008]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2008 . mp3. 00:47:05.

Berenice Moreira Cruz, 2008). *Depoimento I*. [Julho, 2008]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2008 . mp3. 01:17:32.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>BRASIL - Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Acesso em: 16 de Jun. de 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA Jr, Henrique; RAMOS, Maria estela Rocha. (orgs.). *Espaço Urbano e afrodescendência: estudo da espacialidade brasileira para o debate das políticas públicas*. Fortaleza: UFC Edições, 2007.

DIJK, Teun A. van. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008.

Divina das Dores, 2009. *Depoimento I*. [Setembro, 2009]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2009 . mp3. 01:21:29.

FINNEGAN, Ruth. *Oral Literature in Africa*. The Oxford library of African literature. Kenya, 1976.

FREIRE, Paulo. *A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam*. 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.

HALEY, Alex. *Negras Raízes: A Saga de uma Família*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (org). *Colonialidade do Saber Eurocentrismo e Ciências sociais – Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 21-53.

LIMA, Rógério. Mapas textuais do imaginário fragmentado da cidade. In: LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa. (orgs). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000

MACLAREN, Peter. *Multiculturalismo Crítico*. Trad. Bebel Orofino Schaefer. São Paulo: Cortez, 1997.

MANDELA, Nelson Rolihlahla. *A luta é a minha vida*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.

Maria Tereza Luiz, 2008. *Depoimento I*. [Julho, 2008]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2008 . mp3. 00:49:34 minutos.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória*. O Reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MOORE, Carlos Wenderburn. *A África e as diásporas africanas frente ao desafio do século XXI*. Notas de palestra, 1º semestre 2004.

Neide Alves da Silva, 2009. *Depoimento I*. [Outubro, 2009]. Entrevistadora: Juliana de Souza Mavoungou Yade. Carapicuíba, 2009 . mp3. 01:47:08.

PELLEGRINI, Giacomo Corna. *Bom Juá*. Um estudo de geografia urbana (periferias urbanas no terceiro mundo). Trad. Breno Raigorowisk. Salvador: Associação de Moradores do Bom Juá, 1982.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*. A forma social do negro-brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

TENÓRIO, Pedro Aparecido. *Carapicuíba: passado e presente 1580-2003*. Secretaria Municipal da Educação, Carapicuíba, 2003.

UNESCO. *Declaração universal sobre a diversidade cultural*. 2002.

_____. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 de outubro de 2003.